

PESQUISA EM ARQUIVOS PESSOAIS NO BRASIL: formação acadêmica e vinculação institucional dos pesquisadores-docentes

Adriana Arrojado Correia Pereira¹
adrianaarrojado@yahoo.com.br

Resumo

No ambiente acadêmico brasileiro, nas últimas décadas, assomam com mais vigor os estudos sobre os conjuntos de documentos produzidos e acumulados por pessoas físicas. Dotados de grande potencial informacional e com características que muitas vezes destoam da realidade a partir da qual a disciplina arquivística se constituiu, estes conjuntos documentais atraem o interesse de pesquisadores não apenas da Arquivologia e da Ciência da Informação, mas também de outras áreas do conhecimento. Nesse sentido, o presente trabalho apresenta os resultados parciais da pesquisa de mestrado em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal Fluminense, e visa identificar a formação acadêmica dos pesquisadores-docentes dedicados ao estudo dos arquivos pessoais no país e as instituições a que se vinculam em sua formação e atuação profissional a partir da análise dos currículos disponíveis na Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A delimitação, enquanto universo de análise, dos docentes do nível superior com produção científica sobre o tema justifica-se pelo pressuposto de que, nas instituições de ensino superior, os profissionais que produzem conhecimento desempenham concomitantemente as atividades de pesquisa e docência - dois pilares do tripé sobre o qual se sustenta a universidade brasileira, a saber, ensino, pesquisa e extensão. Entendendo os arquivos pessoais como um tema pelo qual transitam diferentes disciplinas e que, conseqüentemente, é conformado por pesquisadores com distintos perfis de formação e atuação, consideramos que o presente trabalho contribui para trazer à luz uma realidade pouco explorada, ao buscar conhecer um determinado universo de produtores do conhecimento e identificar o perfil de formação destes profissionais. Os dados coletados permitem algumas apreciações preliminares, a exemplo da predominância de graduados nas áreas de História, Arquivologia, Biblioteconomia e Letras, bem como de mestres e doutores em História, Ciência da Informação, Educação e Letras. Em todos os níveis da formação acadêmica destaca-se o substancial predomínio das instituições públicas localizadas na região Sudeste. Quanto ao exercício da profissão, dentre as instituições que mais concentram pesquisadores-docentes dedicados aos arquivos pessoais, é possível destacar a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Por fim, apesar da identificação de determinadas áreas predominantes na formação acadêmica, os dados sugerem que a pesquisa em arquivos pessoais no Brasil abrange um perfil diversificado e multidisciplinar de pesquisadores, o que revela as diferentes perspectivas que

¹ Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, Brasil.

convergem para o tema, aspecto que reflete nos distintos modelos empregados no tratamento de acervos dessa natureza e, ao mesmo tempo, expressa a potencialidade de tais conjuntos documentais para os diversos campos do saber.

Palavras-chave: Arquivo pessoal. Pesquisadores. Perfil de formação. Vinculação institucional.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho integra a pesquisa de mestrado que vem sendo desenvolvida junto ao programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, sob a orientação do professor Renato de Mattos, e que tem como tema a pesquisa em arquivos pessoais no Brasil. O objetivo da investigação de mestrado é identificar e caracterizar os pesquisadores do ambiente acadêmico que produzem conhecimento sobre os arquivos pessoais no país, por meio da consulta a seus currículos disponíveis na Plataforma Lattes do CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Considerando que, nas universidades brasileiras, os indivíduos que produzem conhecimento desempenham concomitantemente as atividades de pesquisa e docência - dois pilares do tripé sobre o qual se sustenta a universidade, a saber, ensino, pesquisa e extensão –, nosso universo de análise são os docentes do nível superior com produção científica sobre os arquivos pessoais, os quais, além de pesquisadores, são orientadores e, conseqüentemente, influenciam a formação de outros pesquisadores.

Nesse sentido, neste trabalho serão apresentados os resultados preliminares da pesquisa, a partir de dois aspectos abordados no exame de nosso objeto: a formação acadêmica e a vinculação institucional. Portanto, o objetivo da comunicação é identificar a área de formação e as instituições a que estão vinculados, em termos de formação acadêmica e atuação profissional, os pesquisadores-docentes do meio universitário dedicados ao estudo dos arquivos pessoais no país.

Independentemente da pluralidade de sentidos implicados na sua produção, os arquivos pessoais são representativos da vida de uma pessoa e constituem testemunhos da experiência humana no tempo, revelando-se, assim, brechas valiosas para a compreensão de uma época, de uma cultura, uma sociedade, o que os reveste de

importância (GOMES, 2009; SANTOS, 2012; OLIVEIRA, 2012). Segundo Heloísa Bellotto:

Assim, pode-se definir arquivo pessoal como o conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade (BELLOTTO, 2006, p. 266).

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística do Arquivo Nacional (2005) conceitua “arquivo” como “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte” (DIBRATE, 2005, p. 27) e “arquivo pessoal” como “arquivo de pessoa física” (DIBRATE, 2005, p. 34).

Já no plano internacional, o *Paradigm Project* define o termo “arquivo pessoal” da seguinte forma:

A personal archive consists of the documents (in any form or medium) created or received, accumulated and used by an individual during the course of their daily life, which have been preserved for their continuing value. A personal archive is likely to contain many different record types and reflect all the facets of an individual's life, e.g., their career, their family or personal life, their dealings with official bodies, and their hobbies and interests (PARADIGM PROJECT, 2017).

O diálogo entre as definições acima demonstra que o conceito de arquivo abarca os documentos, independentemente do suporte, produzidos ou acumulados por uma pessoa física no desempenho de suas atividades, bem como ratifica dentro e fora do Brasil a compreensão da natureza arquivística dessa documentação¹, colocando-a como objeto de estudo do campo disciplinar da Arquivologia. Esse entendimento possui respaldo jurídico na legislação brasileira de arquivos, que assegura o estatuto arquivístico aos arquivos de pessoas físicas e institui o dever de sua proteção quando declarados de interesse público e social, conforme prevê a Lei 8.159 de 1991.

Nas últimas décadas, no país, com cada vez mais frequência, os arquivos pessoais passaram a ocupar um importante espaço nos estudos empreendidos pela

Arquivologia (ALMEIDA; MATTOS, 2018), de modo que pode-se dizer que no século XXI estes conjuntos documentais consolidaram-se como parte do universo da disciplina e encontram-se inseridos na sua agenda de pesquisa. No entanto, além da Arquivologia, outras disciplinas têm se debruçado sobre os arquivos pessoais, os quais constituem um campo fértil de estudos, tanto enquanto instrumento quanto como objeto em si.

Dessa forma, entendendo os arquivos pessoais como um tema pelo qual transitam diferentes áreas e que, conseqüentemente, é conformado por pesquisadores com distintos perfis de formação e atuação, consideramos que o presente trabalho contém o potencial de trazer à luz uma realidade escassamente visitada, ao buscar identificar e caracterizar um pouco explorado universo de produtores do conhecimento. Acreditamos que produzir um quadro da comunidade acadêmica brasileira que estuda os arquivos pessoais pode contribuir para futuros estudos acerca das estruturas intelectuais deste espaço cognitivo, bem como das perspectivas e correntes de pensamento que o compõem.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma investigação de natureza descritiva, conforme classificação em estudos exploratórios, descritivos e explicativos apresentada por Gil (1999). A pesquisa descritiva, de acordo com o autor, objetiva primordialmente descrever as características de determinada grupo ou fenômeno ou descobrir a existência de associações entre variáveis. Quando, porém, a pesquisa descritiva serve para proporcionar uma nova visão de um problema ou para que se conheça uma situação pouco estudada, e este é o caso de nossa investigação, aproxima-se da pesquisa exploratória (GIL, 1999). Por seu turno, o método predominantemente empregado é a pesquisa documental. Gil (1999) explica que este tipo de pesquisa se dá pelo exame direto de fontes documentais (em geral em grande número) que não receberam ainda um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

O procedimento técnico adotado foi a busca na Plataforma Lattes do CNPq por currículos de pesquisadores envolvidos com o ensino superior (que atuaram como

docentes na graduação e/ou pós-graduação, tanto em instituições públicas quanto privadas) e que produziram conhecimento sobre os arquivos pessoais, tendo em vista que, no espaço universitário brasileiro, ensino e pesquisa são tarefas conciliadas.

Na primeira etapa, identificamos o *corpus* de pesquisadores que compõe nosso universo de estudo. Para tal, após análise exploratória dos termos mais adequados, acessamos a busca simples por currículos na Plataforma Lattes e procuramos no buscador pelo assunto “arquivos pessoais”, selecionando as bases “doutores” e “demais pesquisadores”, nacionalidade “brasileira” e “estrangeira” e país de nacionalidade “todos” – entendemos que autores estrangeiros vinculados a instituições brasileiras são parte dos agentes que produzem a literatura nacional sobre o tema. A escolha desse termo se deve à necessidade de restringir a busca e os resultados e encontrar um número mais preciso e realmente significativo do universo que almejamos conhecerⁱⁱ.

Nesta fase inicial, foram encontrados 554 resultados. Deste total, foi realizada uma triagem preliminar para formar um grupo de pessoas que houvesse no mínimo concluído o mestrado (acadêmico ou profissional). O estabelecimento desse critério visou reduzir o grupo àqueles que efetivamente se dedicassem ao estudo dos arquivos pessoais em nível de pesquisa, como um membro mais ativo de um corpo de especialistas. Partimos do pressuposto de que a titulação de mestre e/ou doutor é condição mínima e uma forma estratégica de alcançar o perfil do pesquisador que está envolvido na produção de conhecimento sobre o tema e que é vinculado à academia.

Depois, realizamos nova triagem buscando todos aqueles que atuaram na docência de ensino superior, independentemente do tempo de exercício do magistério. Levamos em consideração todas as categorias de professor, isto é, efetivo, substituto, visitante, colaborador e voluntário. Como o objetivo do levantamento foi alcançar as pessoas que produziram sobre os arquivos pessoais, realizamos a exclusão daqueles que foram recuperados por relacionar-se de forma indireta com o tema, sem haver publicado sobre ele. Dessa forma, chegamos a um grupo final composto por 197 pessoas.

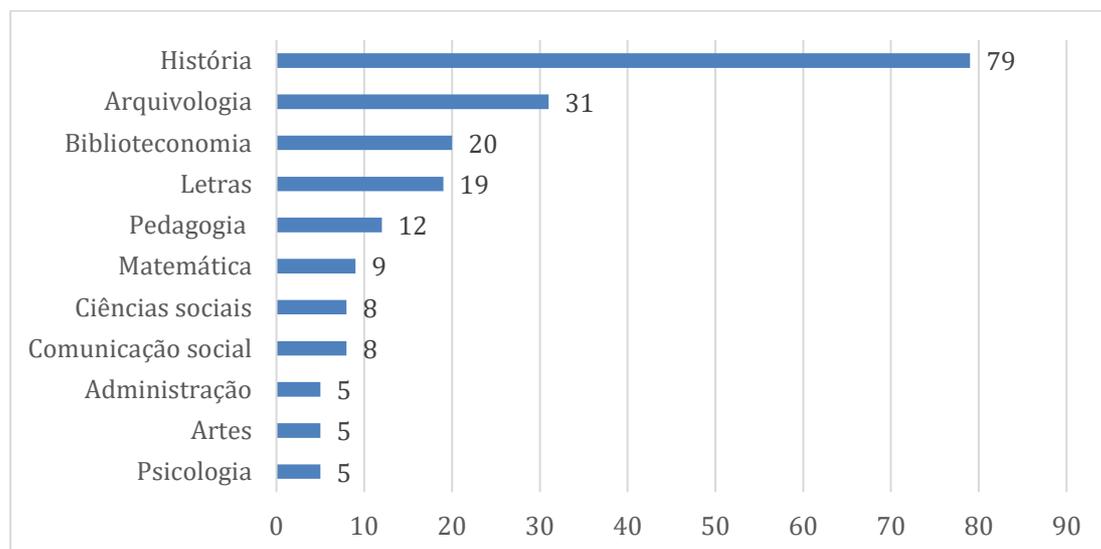
Uma vez delimitado este universo, na segunda etapa da pesquisa procedemos ao levantamento dos dados, coletando informações sobre cada uma dessas pessoas, em seus currículos Lattes, a partir de eixos. Assim, o que será exposto a seguir são os resultados referentes à formação acadêmica e à vinculação institucional.

3 RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados, inicialmente, os resultados relativos às áreas de formação e à vinculação institucional, em nível de graduação, mestrado e doutorado, dos pesquisadores-docentes. Em seguida, apresentaremos sua vinculação às mais recentes instituições em que atuam (ou atuaram) profissionalmente. Cumpre esclarecer que os gráficos utilizados para exibição dos dados, tanto da área de formação quanto da vinculação institucional, partem de um mínimo de 5 pesquisadores; conseqüentemente, há disciplinas e instituições que não aparecem representadas nos gráficos.

Na formação acadêmica em nível de graduação, identificamos a distribuição dos pesquisadores por área no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Área de formação na graduação



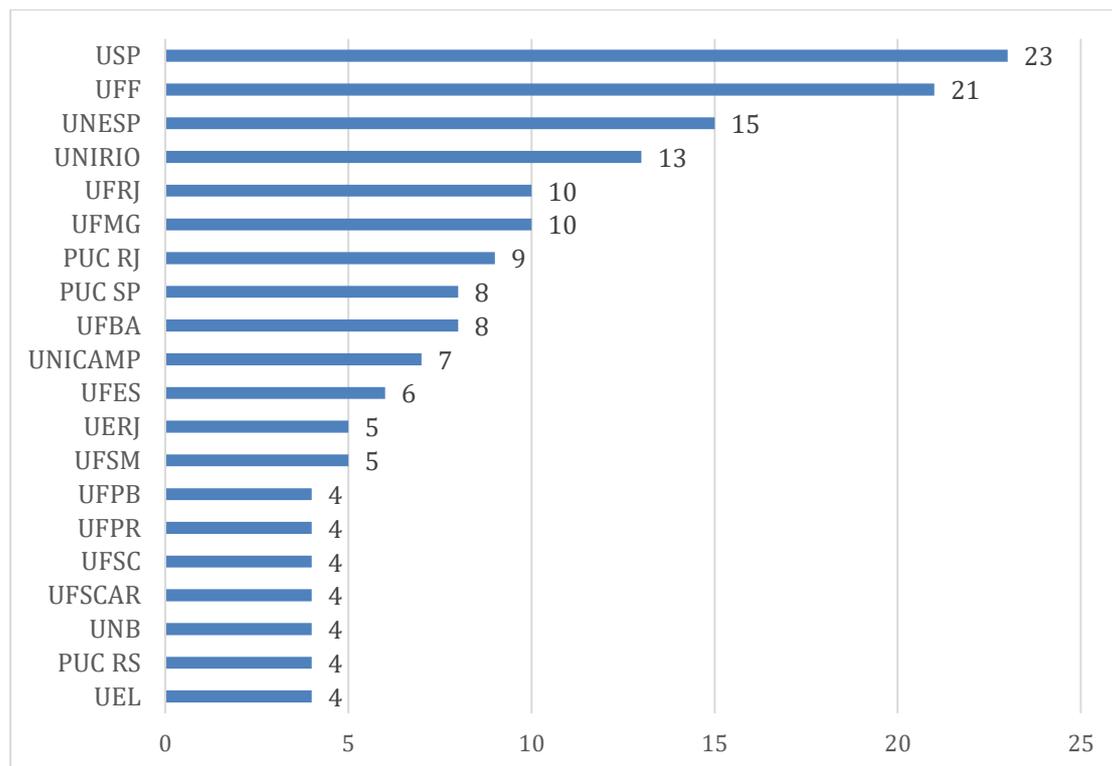
Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que, aproximadamente, 40% das graduações foi em História (79 graduações), 15% em Arquivologia (31 graduações), 10% em Biblioteconomia (20 graduações), 10% em Letras (19 graduações) e 25% em outras áreas. Dentre essas outras áreas, além de Pedagogia, Matemática, Ciências Sociais, Comunicação Social, Administração, Artes e Psicologia (que figuram no gráfico), estão compreendidas Geografia, Direito, Ciência da Computação, Ciências Biológicas, Engenharia,

Arquitetura, Agronomia, Filosofia, Educação Física, Enfermagem, Serviço Social, Turismo, Produção Cultural e Música.

A distribuição dos pesquisadores por instituição de formação na graduação pode ser observada no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Instituição de formação na graduação



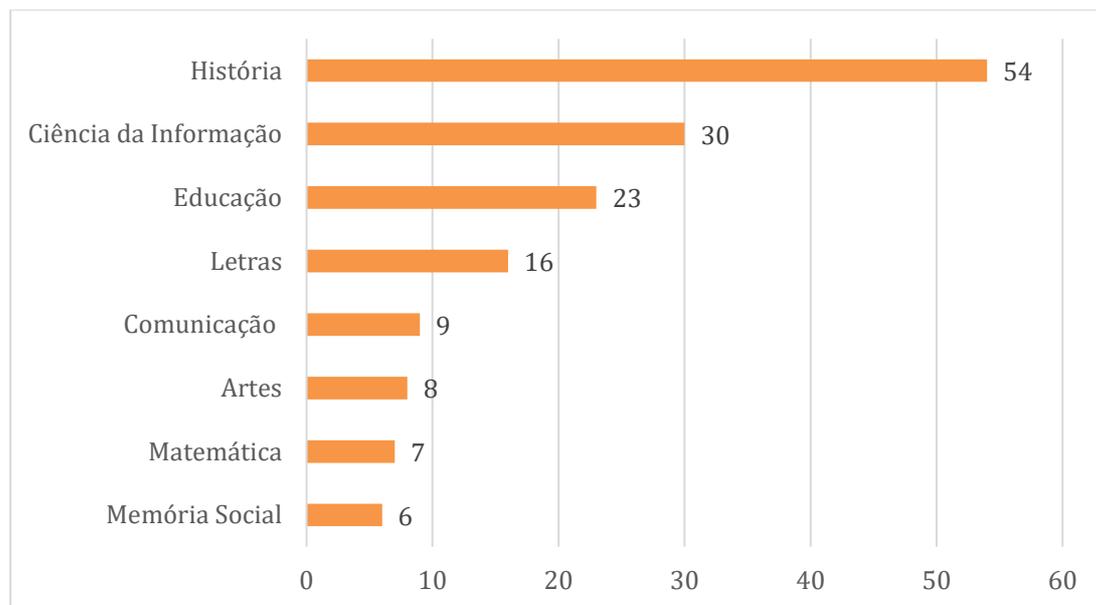
Fonte: Elaboração própria.

Verifica-se que a larga maioria concluiu a graduação em instituições públicas, com destaque para a Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Cabe enfatizar, porém, que uma quantidade expressiva de pesquisadores graduou-se em uma instituição privada, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e de São Paulo (PUC-SP).

Das instituições em que o grupo realizou a graduação, a maioria está localizada na região Sudeste, que concentra 69% do total de graduações concluídas, seguida pela região Sul (17%), Nordeste (9%), Centro-Oeste (3%) e Norte (2%).

Na formação em nível de mestrado, assiste-se a um quadro semelhante, como pode ser observado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Área de formação no mestrado

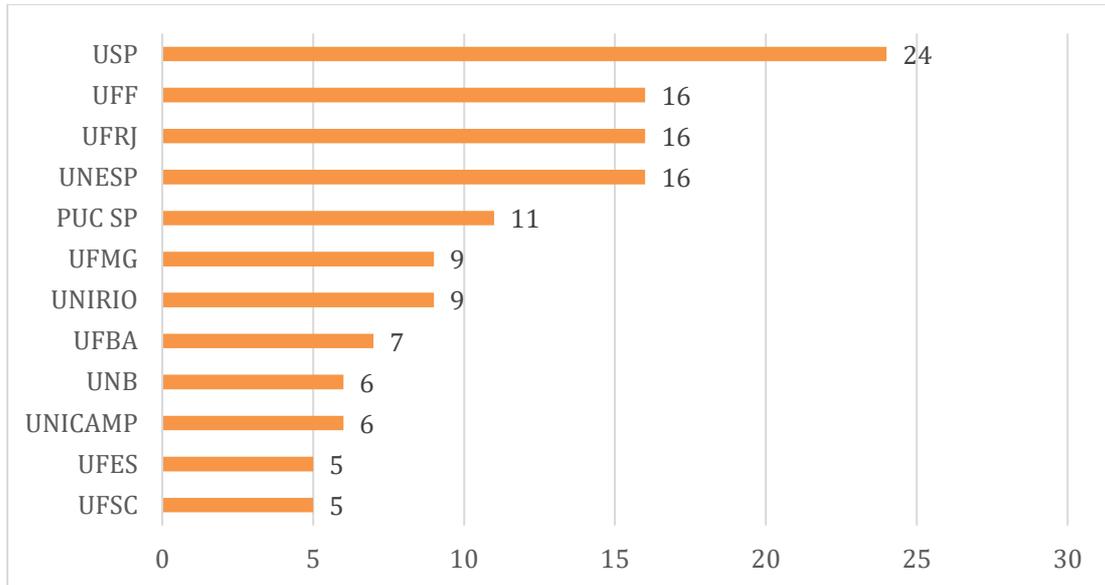


Fonte: Elaboração própria.

Há um predomínio da História, disciplina em que 54 pessoas, que representam aproximadamente 27% do total, concluíram o mestrado. Em seguida tem-se: Ciência da Informação, área de formação de 30 mestres (equivalendo a 15% do total), Educação, com 23 mestres (cerca de 12%) e Letras, com 16 mestres (8%). As outras áreas de formação em nível de mestrado são Comunicação Social, Ciências Sociais, Matemática, Memória Social, Antropologia, Artes, Administração, Direito, Geografia, Ciência da Computação, Engenharia, Filosofia, Ciência Política e Música.

Quanto às instituições de formação no mestrado, nota-se o predomínio das instituições públicas, salvo, novamente, a PUC, entidade privada em que um número considerável dos pesquisadores concluiu o mestrado, conforme pode ser observado no Gráfico 4. Destacam-se entre as instituições públicas a USP, UNESP, UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e a UFF.

Gráfico 4 – Instituição de formação no mestrado

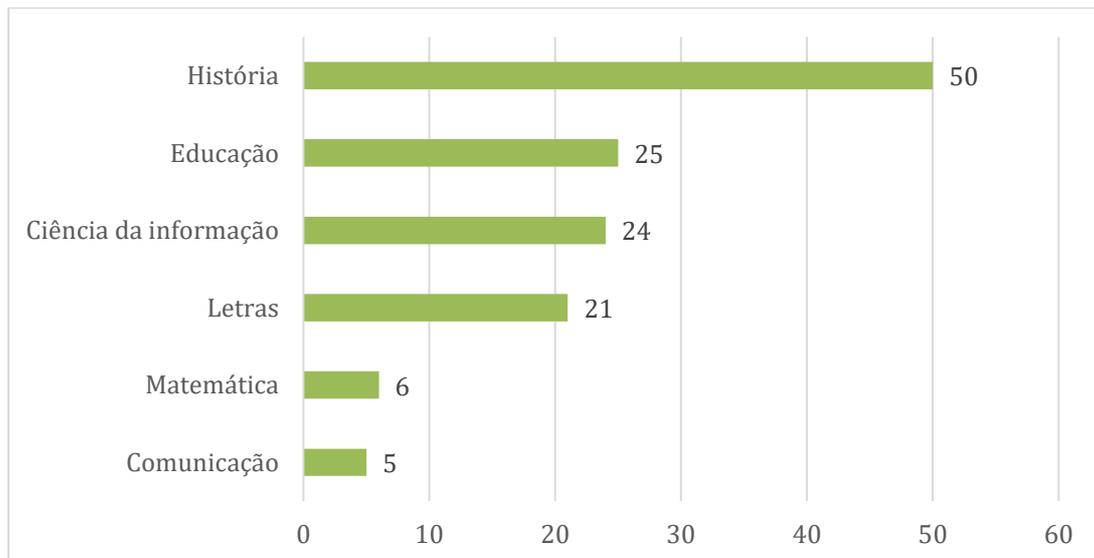


Fonte: Elaboração própria.

A maior parte das instituições em que o grupo concluiu o mestrado está situada na região Sudeste, que concentra 75% do total dessas entidades, seguida pelas regiões Nordeste e Sul, 10% cada, Centro-Oeste, 3%, e Norte, 2%.

Por seu turno, no doutorado assiste-se à seguinte distribuição por área.

Gráfico 5 – Área de formação no doutorado

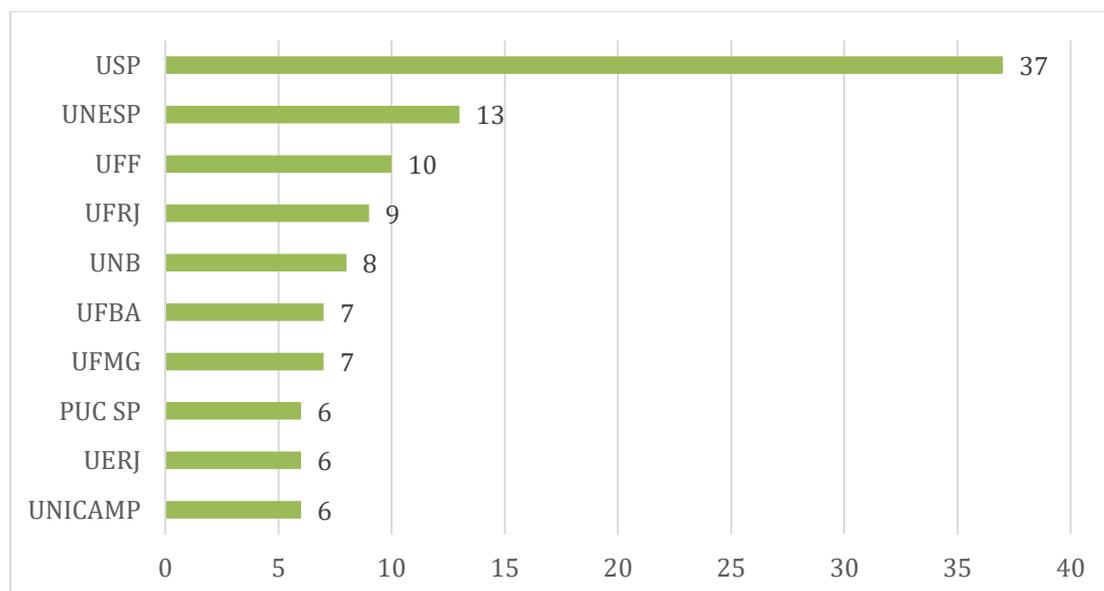


Fonte: Elaboração própria.

Percebe-se que a História, disciplina em que foram concluídos 50 doutorados (o que corresponde a cerca de 25% do total de pesquisadores), é a principal área de formação dos doutores do grupo. Na sequência estão Educação, campo responsável pela conclusão de 25 doutorados (representando aproximadamente 12% do total), Ciência da Informação, com 24 doutorados (aproximadamente 12%) e Letras, com 21 doutorados (cerca de 10%). As outras disciplinas em que os pesquisadores realizaram o doutorado são Matemática, Comunicação Social, Ciências Sociais, Artes, Memória Social, Serviço Social, Geografia, Ciência Política, Ciências Agrárias, Engenharia, Filosofia e Música.

No que tange à instituição de conclusão de doutorado, tal qual na graduação e no mestrado, constatamos que o acentuado predomínio das instituições públicas se repete, com destaque, dentre essas, para a USP, UNESP, UFF e a UFRJ, conforme é possível notar no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Instituição de formação no doutorado



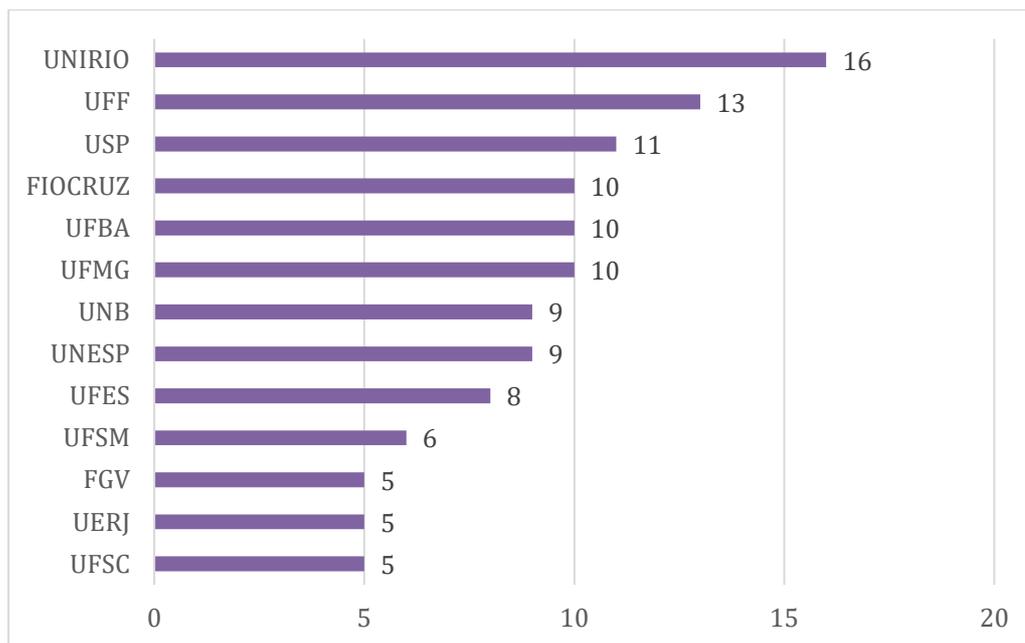
Fonte: Elaboração própria.

Quanto à distribuição regional das instituições em que os pesquisadores se formaram no doutorado, verifica-se, novamente, uma alta concentração no Sudeste (78%), seguida pelo Nordeste (12%), Sul (7%), Centro-Oeste (6%) e Norte (1%).

Por fim, ao coletarmos dados sobre as mais recentes instituições de atuação profissional dos pesquisadores-docentes objeto de nossa análise, encontramos o cenário

representado no Gráfico 7. Constatamos que a maior parte delas é pública, dentre as quais cabe apontar a proeminência da UNIRIO, UFF, USP, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Gráfico 7 – Instituição de atuação profissional



Fonte: Elaboração própria.

Também em relação à atuação profissional verifica-se acentuada concentração na região Sudeste, onde estão localizadas a grande maioria das instituições em que os pesquisadores-docentes dedicados aos arquivos pessoais atuaram mais recentemente. Depois do Sudeste aparecem, em ordem decrescente, as regiões Sul, Nordeste, Centro-oeste e Norte.

4 ANÁLISE

A partir dos resultados identificados é possível tecer algumas apreciações. As áreas que mais formaram pesquisadores-docentes dedicados ao estudo dos arquivos pessoais no Brasil são História, Arquivologia, Biblioteconomia e Letras, na graduação; História, Ciência da Informação, Educação e Letras, no mestrado e História, Educação,

Ciência da Informação e Letras, no doutorado. Dentre essas áreas é notória a predominância acentuada da História nos três níveis de formação acadêmica. Uma via de compreensão de tal fato é a relação estreita entre a disciplina e os arquivos pessoais, relação essa que não constitui uma particularidade brasileira.

O despertar para a preocupação com os arquivos pessoais e sua preservação, de acordo com Oliveira (2012), se deu principalmente em virtude do interesse histórico, que conferiu maior evidência a esses grupos de documentos. Na segunda metade do século XIX na Europa e no início do século XX nos Estados Unidos, a comunidade de historiadores passa a identificar nos documentos pessoais e familiares uma importante fonte de estudo para a História, uma vez que, como testemunhas de uma determinada época, constituem meios valiosos para a compreensão de uma sociedade, além de registrarem a memória da nação. A autora destaca a atuação das sociedades históricas, ao largo do século XIX e parte do XX, na atribuição de importância a esses documentos e no esforço de resgate do patrimônio arquivístico privado de interesse público. Tais sociedades foram responsáveis pela identificação e recolhimento dos papéis manuscritos de grandes personalidades visando sua preservação e acesso por eruditos (especialmente historiadores) (OLIVEIRA, 2012).

Catherine Hobbs (2016) esclarece que, nos países anglófonos, o momento inicial de recolhimento e preservação dos arquivos pessoais em instituições foi marcado pela tradição do manuscrito histórico, no século XX. Os manuscritos, expõe a autora, eram recolhidos por curadores em razão de sua raridade, valor cultural, histórico, financeiro, estético, informativo e pela possibilidade de suplementarem fundos já existentes. Esses documentos eram tratados conforme as práticas das bibliotecas (organizados através de classificações temáticas e descritos minuciosamente) e muitas vezes formaram-se como parte de coleções especiais de bibliotecas, junto com coleções de livros raros e acervos temáticos (HOBBS, 2016, p. 304).

Embora a atenção à proteção e conservação dos arquivos pessoais tenha emergido quando do reconhecimento de seu valor patrimonial e testemunhal, estes arquivos ganham visibilidade mais vigorosamente a partir de um movimento de renovação historiográfica. Conforme esclarece André Ancona Lopez (1996), desde a década de 1960, embora mais vultuosamente nos anos 1970, desponta na teoria da

História uma tendência transformadora que busca novos objetos de pesquisa (menos tradicionais), levanta novos questionamentos e revisita, à luz de outros olhares, documentos escritos considerados já esgotados, marcando uma expansão do conceito de fonte histórica. Os limites que até então restringiam o objeto de estudo do historiador são diluídos e o universo de documentos sujeitos a análise se estende amplamente. Em meio a este cenário assomam novas correntes, enfoques e abordagens dentro da historiografia, como a micro-história, a história vista de baixo, do cotidiano, da vida privada, das mentalidades, além da revalorização da história social, econômica e política (LOPEZ, 1996).

Este movimento de renovação, vivido também no Brasil, atingiu outras ciências sociais, concorrendo para a visão dos arquivos pessoais como um rico objeto de pesquisa. Vale destacar, por exemplo, que a publicação considerada marco inaugural na compilação de discussões teóricas exclusivamente sobre arquivos pessoais no país, resultante do Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoaisⁱⁱⁱ, contou com a participação expressiva de profissionais oriundos da História e das Ciências Sociais.

Depois da História, ocupando posições relativamente semelhantes, as outras principais áreas de formação do grupo em análise são Letras, Educação, Arquivologia e Biblioteconomia (essas duas últimas apenas na graduação) e Ciência da Informação (essa apenas na pós-graduação). A participação da Arquivologia neste grupo já era esperada, visto que os arquivos pessoais são considerados parte do objeto da disciplina. No entanto, o reconhecimento desses conjuntos documentais enquanto arquivos, e sua incorporação mais substancial ao universo de estudo da Arquivologia, é relativamente recente. Ademais, durante muito tempo, o perfil de formação dos egressos dos cursos de Arquivologia no Brasil (que surgem em fins dos anos 1970) voltava-se essencialmente para a atuação em arquivos institucionais, sobretudo públicos. Segundo Marques (2007), a história da formação da Arquivologia como disciplina no país é marcada pela necessidade de habilitação técnica e de pessoal para o tratamento dos acervos produzidos sobretudo pelas instituições públicas brasileiras.

Até meados do século XX, os teóricos da Arquivologia consideravam como objeto da área mormente os documentos de arquivo produzidos em meio institucional, fruto de atividades administrativas e burocráticas, tendo em vista que a disciplina,

fundada no final do século XIX, se desenvolveu sobretudo a partir dos arquivos públicos (OLIVEIRA, 2012; DUARTE, 2018). As dificuldades em reconhecer nos arquivos pessoais os atributos típicos dos documentos arquivísticos e de lhes aplicar os preceitos da área contribuíram para uma visão que por anos os distanciou do universo da disciplina.

Fora do espectro de atenção dos teóricos da Arquivologia, os arquivos pessoais, de acordo com Oliveira, foram tradicionalmente custodiados por bibliotecas e museus, sendo denominados, frequentemente, como “coleções”, “manuscritos” ou “papéis pessoais” (2012). Essa prática pode ser um elemento que ajude a entender a presença da Biblioteconomia entre as principais áreas de formação, na graduação, do grupo estudado. Outro elemento a ser considerado para a compreensão dessa situação é a proximidade entre a Arquivologia e a Biblioteconomia em muitos cursos de ensino superior brasileiros.

Segundo Tanus e Araújo (2013), verifica-se uma proximidade acadêmico-institucional e científica entre a Arquivologia e a Biblioteconomia. Dos dezesseis cursos de graduação (bacharelado presencial) em Arquivologia existentes no Brasil, quatorze encontram-se próximos aos de Biblioteconomia, estando os cursos das duas disciplinas, na maioria das vezes, abrigados dentro de um mesmo departamento, escola ou instituto. Este fator parece favorecer diálogos e trocas mais intensas e frequentes entre as áreas e seus objetos, especialmente quando se leva em consideração que alguns docentes atuam nos dois cursos.

Situação semelhante ocorre entre a Arquivologia e a Ciência da informação. Como apontam Tanus e Araújo (2013), oito (UNB, UFBA, UFPB, UFRGS, UFSC, UEL, UFM e UNESP) dos dezesseis cursos de Arquivologia situam-se em departamentos, institutos, faculdades ou escolas de Ciência da Informação e oito das universidades com graduação em Arquivologia contam com programas de Pós-graduação em Ciência da Informação (UNB, UFBA, UFPB, UFSC, UEL, UFMG, UFF e UNESP). Vale lembrar que não existem programas de pós-graduação *stricto sensu* em Arquivologia e que esta última consta na tabela de áreas do conhecimento da CAPES, desde 1984, como subárea da Ciência da informação, sendo comum e recorrente esta

última absorver no nível de mestrado e doutorado egressos da graduação em Arquivologia.

Marques (2007) argumenta que a trajetória de formação da Arquivologia é marcada por diálogos com outras disciplinas e, ao analisar os vínculos acadêmicos institucionais dos cursos de Arquivologia, a produção científica da Pós-graduação e a formação/titulação de seus docentes, afirma haver uma adesão dessa disciplina à Ciência da Informação. Conforme declara Fonseca (2005), a associação com a Ciência da informação parece ser uma característica do percurso da Arquivologia no Brasil e a relação de interdisciplinaridade entre as duas áreas afigura-se como efetiva, tendo em vista a “homogeneidade com que teses e dissertações com temáticas arquivísticas são acolhidas em diferentes programas de pós-graduação em ciência da informação, o que sugere um movimento receptivo que ultrapassa as esferas conjunturais” (FONSECA, 2005, p. 101).

Em comparação à História, Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da informação, a presença de Letras e Educação como algumas das principais áreas de formação do grupo em análise é de compreensão menos evidente e requer uma reflexão mais a fundo, que envolva outros elementos ainda não explorados até o momento. Vislumbram-se alguns possíveis caminhos a percorrer, como a tradição da crítica genética, o exame dos manuscritos literários e o hábito de examinar arquivos de literatos, em relação à Letras, e, no caso da Educação, a prática de investigação em arquivos pessoais de professores, o que pode, inclusive, auxiliar a compreensão da presença de pessoas formadas em licenciaturas (como Educação Física, Biologia e Matemática) no grupo que compõe o corpus de nossa pesquisa.

Apesar do predomínio dessas disciplinas específicas na graduação, mestrado e doutorado, chama a atenção a diversidade de áreas em que os pesquisadores-docentes concluíram seus estudos nos três níveis de formação. Essa variedade sugere que a pesquisa em arquivos pessoais no Brasil abrange um perfil diversificado e multidisciplinar de pesquisadores, o que revela as diferentes perspectivas que convergem para o tema, aspecto que reflete nos distintos modelos empregados no tratamento de acervos dessa natureza e, ao mesmo tempo, expressa a potencialidade de tais conjuntos documentais para os diversos campos do saber.

No que tange à vinculação institucional, observou-se que as instituições públicas são responsáveis pela formação na graduação, mestrado e doutorado da maior parte do grupo em análise, principalmente a USP, UNESP, UFF, UFRJ e UNIRIO. O mesmo ocorre em relação à atuação profissional. A maioria dos pesquisadores atuou ou atua profissionalmente em instituições públicas, com destaque para a UNIRIO, UFF, USP, UFBA, UFMG e a Fiocruz. Essa última se diferencia das outras. Apesar de não ser uma Universidade, a Fiocruz abriga o Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz, responsável pela formação de parte dos pesquisadores de nosso estudo, e custodia diversos arquivos pessoais (de personalidades das ciências biomédicas e da saúde pública), o que pode aumentar seu poder de atração sobre pesquisadores que desejem se dedicar à pesquisa acadêmica sobre o tema.

Por fim, verificou-se em termos de formação acadêmica e de atuação profissional uma acentuada concentração institucional no Sudeste. É possível que essa centralização guarde relações com o fato de estarem localizadas nesta região renomadas entidades custodiadoras de arquivos pessoais, algumas das quais, inclusive, foram agentes importantes na trajetória dos arquivos pessoais no Brasil, tanto pela custódia e tratamento dos acervos, quanto pela produção de conhecimento sobre o tema. É o caso do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa (AMLB/FCRB), do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), da Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) e da Casa de Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz (COC/FIOCRUZ). Merecem destaque também no Sudeste a Academia Brasileira de Letras (ABL) e a Fundação Fernando Henrique Cardoso (FFHC), entidades privadas reconhecidas, seja por seu acervo, seja pelo tratamento aplicado a este. Todas as instituições citadas podem ter servido como referências durante a formação acadêmica, ambiente de estágio, mercado de trabalho e campo de investigação, atuando assim como fator de atração e/ou estímulo aos pesquisadores dedicados aos arquivos pessoais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foram apresentados alguns indícios de um cenário maior que buscamos identificar na pesquisa de mestrado. Até o momento, os resultados obtidos indicam o predomínio de graduados nas áreas de História, Arquivologia, Biblioteconomia e Letras, bem como de mestres e doutores em História, Ciência da Informação, Educação e Letras, com expressiva proeminência da História nos três níveis de formação. Não obstante a identificação de áreas predominantes, a variedade de outras disciplinas sugere que o estudo sobre o tema no Brasil é conformado por pesquisadores com distintos perfis de formação. Em todos os níveis da formação acadêmica e na atuação profissional nota-se uma forte concentração na região Sudeste e o substancial predomínio das instituições públicas, o que corrobora para o entendimento das instituições de ensino superior financiadas pelo Estado como o principal espaço da pesquisa e produção do conhecimento científico no país.

Há ainda, porém, mais caminhos a percorrer, como, por exemplo, investigar os eventos específicos sobre o tema que vem sendo realizados nos últimos anos, as relações menos evidentes com outras disciplinas e outros aspectos explorados na pesquisa de mestrado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Renata Geraissati Castro de; MATTOS, Renato de. À margem do interesse público: a preservação dos arquivos de empresários. In: XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. **Anais do XIX ENANCIB**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2018, v. 1, pp. 1-18.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 20, abr. 2020.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos Pessoais são Arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, n. 2, pp. 26-39, jul./dez., 2009.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Disponível em: < <http://lattes.cnpq.br/>>. Acesso em: 1, set. 2019.

DUARTE, Renato Crivelli. **Arquivos pessoais: institucionalizações e trajetórias**. 2018. 226f. Tese de Doutorado – UNESP. Marília, 2018.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Angela de Castro. Arquivos pessoais, desafios e encantos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, pp. 22-25, jul./dez., 2009.

LOPEZ, André Porto Ancona. Documento e história. In: MALEBRA, Jurandir. (Org.). **A velha história: teoria, método e historiografia**. Campinas (SP): Papyrus, 1996, pp. 69-87.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Os espaços e dos diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. 298f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg. A formação e a pesquisa nas universidades públicas brasileiras. **I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia**. Brasília: Thesaurus, 2011.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Descrição e pesquisa: Reflexões em torno dos arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

PARADIGM PROJECT. **Guidance for creators of digital materials**. 2007. Disponível em: <<http://www.paradigm.ac.uk/guidanceforcreators/guidance-for-creators-of-personaldigitalarchives.pdf>>. Acesso em: 26, nov. 2017.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Arquivo pessoal, ciência e saúde pública: o arquivo Rostan Soares entre o laboratório, o campo e o gabinete. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Org). **Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência**. Org.: FAPERJ, 2012.

TANUS, Gabrielle Francine de Souza Carvalho; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O ensino da arquivologia no Brasil: fases e influências. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 18, n. 37, pp. 83-102, mai./ago., 2013.

ⁱ Apesar, porém, como aponta Camargo (2009), do fato desses conjuntos documentais nem sempre serem tratados conforme a teoria arquivística e da dificuldade em lhes reconhecer os atributos que permitem vê-los como conjuntos orgânicos e autênticos. Lançando mão do pleonasmo “Arquivos pessoais são arquivos”, a autora adverte que apenas sob o prisma da abordagem arquivística se pode assegurar que os documentos de um arquivo pessoal sejam objeto de pesquisa por diferentes olhares, de variadas disciplinas (CAMARGO, 2009).

ⁱⁱ Antes de optar pelo termo “arquivos pessoais”, buscou-se por “pessoa”, o que gerou mais de 90000 mil resultados e comprovou a inviabilidade da adoção desse termo no tempo disponível para a pesquisa.

ⁱⁱⁱ O Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais foi realizado em 1997, nas cidades do Rio de Janeiro (17 e 18 de novembro) e de São Paulo (20 e 21 de novembro), com patrocínio do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) e do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP). As palestras ministradas no evento foram publicadas em forma de artigo em edição especial da revista Estudos Históricos.